

A Classe méRdia brasileira

O rentismo, a ilusão da riqueza e a sociedade que teme o próprio futuro

Ensaio em três partes | Parte II

Ricardo Giuliani

Mestre e Doutor em Direito.

Escritor e Artista Plástico.

Publicação: ricardogiuliani.com.br

PARTE II

O fator Faria Lima

O dinheiro, o rentismo e a hegemonia financeira

Apresentação

Na primeira parte deste ensaio, procurei demonstrar que uma das contradições mais persistentes da sociedade brasileira reside na distância entre a posição econômica efetivamente ocupada pelas camadas médias e a condição patrimonial com a qual frequentemente se identificam. Chamei de *classe méRdia* essa disposição social que combina o medo da pobreza, da qual se está perigosamente próximo, com a fascinação pela riqueza, da qual se permanece estruturalmente distante. Os números deram a medida dessa distância: do centro da distribuição de renda à base, algumas centenas de reais; do centro ao topo, cerca de dezoito vezes.

Nesta segunda parte, pretendo examinar a dimensão econômica e cultural dessa contradição. Meu argumento é que o rentismo, além de constituir uma forma de apropriação de rendimentos, converteu-se em referência de sucesso individual, influenciando o comportamento das classes médias e a própria compreensão social do desenvolvimento.

Para interpretar esse fenômeno, proponho a expressão **fator Faria Lima**: a transformação de uma racionalidade econômica orientada pela valorização patrimonial em um sistema de valores capaz de influenciar as aspirações, os comportamentos e as escolhas políticas de grupos sociais que não integram as elites financeiras.

Não pretendo condenar os mercados financeiros, cuja importância para uma economia capitalista moderna é indiscutível. Pretendo compreender o que acontece quando a remuneração da riqueza acumulada passa a ocupar, no imaginário coletivo, um lugar superior ao da produção de novas riquezas.

1. O dinheiro não produz riqueza por geração espontânea

Há uma ideia profundamente sedutora na sociedade contemporânea: a possibilidade de fazer o dinheiro trabalhar em nosso lugar. Ela aparece nas campanhas publicitárias das instituições financeiras, nas redes sociais, nos discursos dos especialistas em investimentos e na literatura dedicada ao enriquecimento individual. O sucesso econômico passa a ser associado à conquista de uma condição na qual o indivíduo deixa de depender do trabalho e passa a viver exclusivamente dos rendimentos de seu patrimônio.

Não considero ilegítima essa aspiração. A formação de poupança, a acumulação patrimonial e a busca por independência financeira são comportamentos economicamente compreensíveis. A

previdência, inclusive, pressupõe mecanismos de transferência de recursos entre diferentes momentos da vida. O problema começa quando essa aspiração individual é transformada em modelo universal de prosperidade.

Uma sociedade não pode ser constituída exclusivamente por pessoas que vivem dos rendimentos de seu capital. Alguém precisa produzir os alimentos, construir as moradias, desenvolver os medicamentos, operar os hospitais, transportar mercadorias, produzir energia e desenvolver as tecnologias que sustentam a vida material. O dinheiro, isoladamente, não realiza nenhuma dessas atividades.

Ele representa poder de compra, direitos de propriedade e possibilidades de mobilização de recursos. Pode financiar a produção, antecipar investimentos e organizar relações econômicas complexas. Não substitui, contudo, os processos materiais e intelectuais pelos quais a riqueza é efetivamente criada.

Essa distinção é antiga na economia política. Adam Smith, em *A riqueza das nações*, procurou compreender a expansão da prosperidade a partir da divisão do trabalho, da especialização e do aumento da produtividade.¹ David Ricardo examinou os conflitos distributivos entre salários, lucros e renda da terra, demonstrando que a apropriação dos resultados econômicos depende da posição ocupada pelos diferentes agentes na estrutura produtiva.²

Karl Marx avançou nessa interpretação ao examinar a maneira pela qual o capital pode adquirir a aparência de uma capacidade autônoma de valorização. No terceiro livro de *O capital*, ao tratar do capital portador de juros, analisa a forma pela qual o dinheiro parece transformar-se diretamente em mais dinheiro.³ Na fórmula **D-D'**, desaparece da percepção imediata o processo social que permite a valorização. O proprietário do capital entrega determinada quantia e recebe, posteriormente, uma quantia superior. A produção, o trabalho, os riscos e as relações econômicas que sustentam essa remuneração tornam-se invisíveis. O dinheiro parece possuir uma fertilidade própria.

É essa aparência que considero particularmente importante para compreender o rentismo contemporâneo. O titular de um investimento financeiro acompanha a valorização de seu patrimônio por meio de números apresentados em uma tela. Os rendimentos aparecem como resultado de uma operação abstrata, aparentemente independente das atividades econômicas realizadas fora daquele ambiente. A representação contábil da riqueza acaba substituindo, no imaginário, o processo social de sua produção.

Não pretendo afirmar que todo rendimento financeiro seja improdutivo ou ilegítimo. Essa conclusão seria economicamente equivocada. O crédito pode financiar uma fábrica, a emissão de ações pode viabilizar uma inovação tecnológica e os títulos públicos podem contribuir para financiar investimentos e serviços coletivos. A questão é outra.

Uma coisa é utilizar o capital financeiro para ampliar a capacidade de produzir riqueza. Outra é organizar uma economia em torno da valorização dos direitos patrimoniais sobre a riqueza existente, sem expansão correspondente da produção e da produtividade.

A primeira possibilidade é indispensável ao desenvolvimento. A segunda, quando se torna predominante, pode contribuir para a reprodução da desigualdade e para a redução do dinamismo econômico.

2. Capital produtivo, capital financeiro e rentismo: distinções necessárias

A expressão *investimento* costuma designar operações econômicas bastante diferentes. Quando uma empresa constrói uma fábrica, adquire máquinas ou desenvolve uma tecnologia, realiza um investimento que pode ampliar a capacidade produtiva da economia. Quando uma pessoa compra ações dessa empresa de outro investidor, realiza uma aplicação financeira: a operação transfere a propriedade de um ativo existente e não significa, por si só, que novos recursos tenham ingressado na empresa para financiar sua expansão. Se, entretanto, a empresa emite novas ações e utiliza os recursos captados para construir instalações ou desenvolver produtos, a operação financeira passa a estar diretamente relacionada à formação de capital produtivo.

A distinção é fundamental. Nem toda aquisição de ativo financeiro representa investimento produtivo novo. O financiamento de investimentos produtivos, por sua vez, frequentemente depende de instrumentos financeiros.

O mesmo raciocínio se aplica aos títulos públicos. A aquisição de títulos da dívida governamental representa uma operação financeira para o investidor. Para o Estado, constitui uma forma de financiamento que pode estar associada à administração da dívida, ao financiamento de despesas correntes ou à realização de investimentos. Seus efeitos econômicos dependem da estrutura fiscal, das condições de financiamento e da destinação dos recursos públicos.

O rentismo, portanto, não pode ser definido simplesmente como o recebimento de juros ou dividendos. Em sentido amplo, a renda patrimonial compreende diferentes formas de remuneração da propriedade. Em sentido crítico, o rentismo designa um padrão de acumulação no qual a apropriação de rendimentos derivados da propriedade de ativos e de posições econômicas privilegiadas adquire centralidade, podendo afastar recursos, incentivos e decisões da expansão produtiva.

Essa definição exige cuidado, porque nem todos os rendimentos patrimoniais possuem a mesma origem. Os dividendos podem representar lucros de empresas que efetivamente produzem bens e serviços. Os juros podem remunerar a antecipação de recursos, a preferência pela liquidez e os riscos assumidos pelo credor. A renda imobiliária pode envolver tanto a remuneração de investimentos realizados quanto vantagens decorrentes da escassez de terrenos e da valorização produzida pela infraestrutura coletiva.

O problema econômico não reside necessariamente na existência dessas remunerações. Reside na relação entre sua magnitude, suas fontes, sua distribuição e seus efeitos sobre o investimento, a produtividade e o bem-estar social. Uma economia pode remunerar adequadamente a poupança e, simultaneamente, manter elevados níveis de investimento produtivo. Pode também apresentar remuneração financeira elevada e reduzida disposição para realizar investimentos de longo prazo. É essa segunda possibilidade que interessa à análise brasileira.

3. Keynes e a contradição entre a segurança do rentista e o risco do produtor

John Maynard Keynes oferece uma contribuição especialmente importante para compreender essa questão. Na *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, publicada em 1936, examinou o papel das expectativas, da preferência pela liquidez e das taxas de juros nas decisões de investimento.⁴

O empresário que pretende construir uma fábrica precisa considerar a demanda futura, o custo do financiamento, a evolução dos preços, a disponibilidade de trabalhadores, a concorrência e

os riscos associados ao empreendimento. Seu investimento envolve incerteza. O detentor de recursos financeiros, por sua vez, pode optar por aplicações que ofereçam maior liquidez, previsibilidade de remuneração ou menor exposição aos riscos operacionais de uma atividade produtiva.

Quando a remuneração de ativos financeiros relativamente seguros se torna muito elevada, aumenta a exigência de retorno para justificar investimentos produtivos arriscados. A relação não é mecânica: as decisões empresariais dependem também das expectativas de demanda, da infraestrutura, da tributação, da estabilidade institucional e das oportunidades tecnológicas. O custo de oportunidade do capital constitui, ainda assim, um elemento decisivo.

Por que um investidor destinaria recursos à construção de uma fábrica, assumindo riscos industriais, trabalhistas, tecnológicos e comerciais, se pode obter remuneração expressiva mediante a aquisição de ativos financeiros com riscos relativamente menores?

A pergunta não representa uma condenação moral do investidor. Revela um problema de incentivos econômicos. O capitalismo não funciona com base na obrigação moral de produzir; as decisões privadas de investimento respondem às expectativas de remuneração, aos riscos e às condições institucionais. Se a sociedade deseja ampliar sua capacidade produtiva, precisa organizar condições nas quais investir na produção seja economicamente atraente. Não basta exigir patriotismo empresarial. É necessário construir uma estrutura de incentivos compatível com o desenvolvimento.

Keynes compreendeu que a preferência pela liquidez e a insuficiência de investimento poderiam comprometer a atividade econômica e o emprego. No capítulo final da *Teoria geral*, chegou a antever a “eutanásia do rentista”, o desaparecimento gradual do investidor sem função, que vive da escassez do capital sem nada acrescentar à produção. A previsão não se cumpriu. Sua reflexão permanece, contudo, relevante para países que enfrentam dificuldades de formação de capital produtivo.

O aspecto mais interessante é que essa contradição econômica também possui uma dimensão cultural. O rentista pode converter-se em modelo de sucesso justamente porque consegue evitar parte dos riscos que o produtor precisa enfrentar. A sociedade passa a admirar aquele que se protege das incertezas da produção, enquanto depende materialmente daqueles que assumem essas incertezas.

O prestígio desloca-se da capacidade de produzir para a capacidade de possuir. E essa mudança de referência não é irrelevante para o futuro de uma economia.

4. O Brasil dos juros elevados e do investimento insuficiente

A realidade brasileira oferece elementos importantes para essa discussão. Segundo o IBGE, a taxa de investimento do país alcançou **16,8% do Produto Interno Bruto em 2025**, ligeiramente abaixo dos 16,9% registrados em 2024. A taxa de poupança foi de 14,4% do PIB. No mesmo ano, o PIB cresceu 2,3% e alcançou cerca de R\$ 12,7 trilhões; a agropecuária expandiu-se 11,7%, os serviços 1,8% e a indústria apenas 1,4%.⁵

Esses indicadores revelam uma economia que continua enfrentando dificuldades para sustentar níveis elevados de formação de capital e cujo crescimento recente deveu mais à safra do que à fábrica. A taxa de investimento, isoladamente, não permite aferir a qualidade dos investimentos realizados, tampouco determina a trajetória futura da produtividade. Constitui, entretanto, um indicador importante da capacidade de ampliar e renovar o estoque de capital produtivo.

A comparação com a remuneração financeira é expressiva. Em 16 de setembro de 2026, o Comitê de Política Monetária do Banco Central reduziu a meta da taxa Selic para **13,75% ao ano**, no quinto corte consecutivo; entre junho de 2025 e março de 2026, a taxa permanecera em 15%.⁶ A taxa nominal precisa ser distinguida da taxa real, que desconta a inflação. Com o IPCA acumulado de 4,58% nos doze meses encerrados em setembro, a Selic corresponde a um juro real em torno de 8,8% ao ano.⁷

A taxa Selic não representa, evidentemente, a rentabilidade líquida garantida de qualquer aplicação financeira. Os investimentos possuem diferentes prazos, riscos, tributações e condições de liquidez. Ainda assim, o patamar da remuneração dos ativos associados à taxa básica constitui referência relevante para as decisões de alocação de recursos. É contra esse rendimento de baixo risco que o empresário mede o projeto de uma fábrica.

Também seria incorreto afirmar que sua fixação decorre exclusivamente dos interesses dos rentistas. A política monetária responde a objetivos de estabilidade de preços e considera expectativas inflacionárias, condições de demanda, riscos e outros fatores macroeconômicos. Na reunião de setembro de 2026, o Banco Central justificou sua decisão pela necessidade de conduzir a inflação em direção à meta, em um ambiente de incerteza.⁶

Reconhecer essa função não impede a análise de seus efeitos distributivos. A política monetária não atua sobre uma sociedade economicamente homogênea; seus efeitos dependem da posição ocupada pelos diferentes agentes. Os devedores enfrentam custos de financiamento. Os detentores de determinados ativos remunerados por juros podem receber rendimentos mais elevados. As empresas reavaliam seus projetos de investimento. O Estado enfrenta consequências sobre o custo de sua dívida. A mesma decisão monetária pode produzir efeitos distintos sobre trabalhadores, empresários, instituições financeiras e grandes proprietários de patrimônio.

Por isso, a discussão sobre juros não pode ser reduzida a uma oposição simplista entre responsabilidade monetária e desenvolvimento econômico. A questão relevante é compreender como construir condições de estabilidade macroeconômica compatíveis com uma expansão sustentada do investimento produtivo. O problema brasileiro não se resolve pela redução voluntarista dos juros, assim como não se resolve pela aceitação de que a remuneração financeira deva constituir o principal parâmetro de racionalidade econômica.

A estabilidade monetária é condição importante para o desenvolvimento. Não constitui, isoladamente, um projeto de desenvolvimento.

5. O fator Faria Lima: quando o mercado financeiro se transforma em cultura

É nesse ponto que introduzo o conceito de **fator Faria Lima**, anunciado na primeira parte. A expressão não pretende descrever literalmente todos os agentes que trabalham ou investem no centro financeiro paulistano. A avenida Faria Lima abriga atividades empresariais diversas, inclusive instituições que desempenham funções relevantes no financiamento da economia real. Utilizo seu nome como metáfora de um fenômeno mais amplo: a transformação da racionalidade financeira em referência cultural de sucesso e em critério de avaliação das escolhas econômicas e políticas.

O fator Faria Lima se manifesta quando a valorização patrimonial deixa de ser percebida como uma dimensão da atividade econômica e passa a representar a medida superior da inteligência, da eficiência e do mérito individual. A linguagem financeira adquire uma autoridade que ultrapassa seu campo de aplicação. As pessoas passam a avaliar suas trajetórias profissionais, suas relações de

consumo e suas expectativas de futuro a partir de categorias como rentabilidade, desempenho, valorização e acumulação. A própria existência individual pode ser apresentada como um empreendimento destinado a maximizar retornos.

A educação torna-se investimento em capital humano. As relações pessoais convertem-se em redes de oportunidades. A moradia passa a ser examinada como ativo. A aposentadoria aparece como problema de formação de patrimônio. O sucesso é medido pela capacidade de acumular recursos suficientes para deixar de depender do trabalho.

Nenhuma dessas formulações é necessariamente equivocada em seu contexto específico. O problema surge quando a racionalidade econômica passa a reivindicar autoridade sobre todas as dimensões da vida social.

Uma sociedade não é uma carteira de investimentos. A qualidade de suas instituições, a dignidade de seus trabalhadores, a proteção ambiental, a produção cultural e a realização de direitos fundamentais não podem ser integralmente reduzidas a cálculos de rentabilidade privada. A economia é uma dimensão indispensável da organização social; não constitui, entretanto, a totalidade da experiência humana. O fator Faria Lima representa precisamente a tendência de transformar uma racionalidade parcial em visão geral de mundo.

Essa transformação possui consequências políticas. Quando a remuneração do capital passa a ser identificada com o interesse geral da economia, as políticas públicas tendem a ser avaliadas prioritariamente por seus efeitos sobre os preços dos ativos e as expectativas dos investidores. O crescimento da produção, a qualidade dos empregos, a distribuição de renda e a ampliação dos serviços públicos podem ocupar posições secundárias nessa hierarquia de preocupações.

Não se trata de negar a importância das expectativas dos investidores. Uma economia precisa de financiamento e confiança. Trata-se de questionar a pretensão de que essas expectativas representem, sem mediações, os interesses de toda a sociedade.

O mercado financeiro é parte da economia. O fator Faria Lima começa quando essa parte pretende representar o todo.

6. Gramsci e a construção da hegemonia financeira

Antonio Gramsci oferece uma perspectiva particularmente útil para compreender a transformação de interesses econômicos específicos em valores socialmente compartilhados.⁸ A hegemonia, em sua formulação, não se sustenta exclusivamente pela imposição. Depende também da construção de consensos, da difusão de valores e da capacidade de determinados grupos sociais apresentarem suas concepções particulares como expressões do interesse geral.

É nessa perspectiva que considero possível interpretar o fator Faria Lima. A hegemonia financeira não significa simplesmente que bancos e investidores controlam as decisões econômicas. Significa que determinadas categorias associadas à valorização patrimonial adquirem prestígio suficiente para orientar o comportamento de pessoas que não participam diretamente das posições superiores de acumulação.

A classe média desempenha um papel particularmente interessante nesse processo. Sua condição econômica permanece associada ao trabalho; suas aspirações, no entanto, frequentemente se organizam em torno da propriedade. O profissional assalariado acompanha diariamente as oscilações dos mercados financeiros. O pequeno investidor identifica-se com as expectativas dos

grandes gestores de patrimônio. O trabalhador que possui aplicações relativamente modestas passa a interpretar determinados conflitos distributivos como se ocupasse a mesma posição econômica dos grandes credores.

A diferença entre ambos, entretanto, permanece extraordinária. O grande proprietário pode utilizar os rendimentos de seu patrimônio para sustentar sua posição econômica e ampliar sua capacidade de acumulação. O pequeno investidor, na maioria das situações, utiliza sua poupança para complementar rendimentos, proteger-se da inflação ou constituir reservas para enfrentar dificuldades futuras. O instrumento financeiro pode ser semelhante. Sua função social é profundamente diferente.

Uma aplicação de R\$ 20 mil e um patrimônio financeiro de R\$ 20 milhões não representam apenas posições quantitativamente distintas. Podem corresponder a formas inteiramente diferentes de inserção na estrutura econômica. No primeiro caso, o patrimônio frequentemente representa uma proteção complementar à renda do trabalho. No segundo, pode constituir a própria fonte principal de reprodução econômica. Os dados apresentados na primeira parte dão a medida dessa distância: enquanto a mediana da renda brasileira gira em torno de R\$ 1.400 mensais por pessoa, o 1% mais rico recebe, em média, R\$ 24.973.

A hegemonia financeira tende a obscurecer essa distinção. Ao apresentar todos os investidores como integrantes de uma mesma comunidade de interesses, constrói uma identificação simbólica que pode minimizar diferenças materiais decisivas. A expressão *somos todos investidores* pode ter utilidade pedagógica na difusão da educação financeira. Quando utilizada como interpretação da estrutura social, porém, corre o risco de ocultar a extraordinária desigualdade na propriedade dos ativos.

Não somos todos capitalistas simplesmente porque possuímos uma conta em uma corretora. A posição econômica de cada indivíduo depende da magnitude do patrimônio, de sua relação com o trabalho, da origem dos rendimentos e de sua capacidade de enfrentar riscos. É precisamente essa diferença que o fator Faria Lima tende a dissolver no imaginário social.

7. A classe média e a moralização do sucesso econômico

Pierre Bourdieu, de quem me vali na primeira parte, permite aprofundar essa interpretação. Em *A distinção*, o sociólogo francês demonstrou que as hierarquias sociais se reproduzem também por meio de práticas culturais, estilos de vida e mecanismos simbólicos de diferenciação.⁹ A riqueza não constitui apenas uma condição material; pode converter-se em sinal de reconhecimento e legitimidade.

Na sociedade brasileira, essa dimensão assume particular importância. O patrimônio não representa somente segurança econômica. Frequentemente funciona como certificado de competência individual. A pessoa rica passa a ser percebida como alguém que necessariamente tomou decisões melhores, trabalhou mais ou demonstrou inteligência superior. A pobreza, em contrapartida, pode ser interpretada como consequência de escolhas inadequadas, insuficiência de esforço ou ausência de disciplina. Na primeira parte, observei que a teologia da prosperidade confere a essa leitura uma chancela religiosa: o que aqui aparece como mérito, lá aparece como bênção.

Essa representação desconsidera a influência da origem familiar, da herança, da escolaridade, das redes de relacionamento, das oportunidades territoriais e das condições históricas de acumulação. Não se trata de negar a importância do esforço individual. O trabalho, a criatividade, a capacidade empresarial e a disposição para assumir riscos desempenham papéis relevantes na formação da

riqueza. A questão é reconhecer que esses atributos operam dentro de estruturas sociais profundamente desiguais. O mérito individual não explica, isoladamente, a distribuição dos resultados econômicos.

Quando a riqueza é transformada em prova de virtude, a desigualdade deixa de representar um problema social e passa a ser interpretada como consequência legítima de diferenças pessoais. Essa transformação possui implicações políticas. A defesa da concentração patrimonial pode adquirir uma dimensão moral. Questionar privilégios econômicos passa a ser confundido com hostilidade ao sucesso. A tributação progressiva pode ser apresentada como punição à competência. A proteção social pode ser interpretada como recompensa à incapacidade.

Existem, é certo, argumentos econômicos legítimos sobre os efeitos da tributação, os incentivos ao investimento e a eficiência das políticas redistributivas. O problema surge quando essas discussões deixam de ser examinadas empiricamente e passam a ser resolvidas por juízos morais sobre a suposta superioridade dos ricos e a inferioridade dos pobres.

A classe média pode tornar-se especialmente receptiva a essa representação porque deseja identificar-se com a posição social considerada meritória. A riqueza futura, ainda não conquistada, converte-se em fundamento de uma identidade presente. O indivíduo passa a defender simbolicamente a condição patrimonial que deseja alcançar e pode interpretar as políticas destinadas à redução das desigualdades como ameaças à posição que imagina ocupar um dia. Reencontro aqui aquilo que, na primeira parte, chamei de antecipação imaginária do pertencimento de classe, uma das manifestações mais reveladoras da distância entre condição econômica e consciência social.

8. Celso Furtado e a diferença entre crescimento e desenvolvimento

A crítica ao rentismo não estaria completa sem recuperar a tradição brasileira de interpretação do subdesenvolvimento. Celso Furtado demonstrou que o desenvolvimento econômico não pode ser reduzido à simples expansão quantitativa da renda.¹⁰ O desenvolvimento envolve transformações estruturais, ampliação da capacidade produtiva, incorporação tecnológica e mudanças nas condições sociais de reprodução da economia. Uma sociedade pode apresentar crescimento econômico sem superar estruturas persistentes de desigualdade e dependência. Pode também experimentar períodos de valorização patrimonial sem produzir transformações equivalentes em sua capacidade tecnológica ou industrial.

Essa distinção é decisiva. A valorização de ativos financeiros e imobiliários pode ampliar a riqueza contabilizada de seus proprietários sem que a sociedade tenha aumentado, na mesma proporção, sua capacidade de produzir bens e serviços. O preço de um terreno pode crescer porque determinada região recebeu investimentos públicos em infraestrutura: o proprietário obtém valorização patrimonial, embora não tenha necessariamente realizado investimentos equivalentes. Uma ação pode valorizar-se em razão de expectativas sobre lucros futuros; essa valorização tanto pode antecipar uma expansão produtiva efetiva quanto refletir alterações nas taxas de desconto, mudanças de percepção de risco ou movimentos especulativos. O aumento do valor de mercado de um ativo não deve ser confundido com a criação de capacidade produtiva adicional.

Maria da Conceição Tavares, por sua vez, oferece instrumentos importantes para compreender as relações entre industrialização, financiamento e transformações estruturais do capitalismo brasileiro.¹¹ Sua obra permite examinar como as condições financeiras podem favorecer ou limitar determinados padrões de acumulação.

O problema brasileiro não está na existência do capital financeiro. Está na dificuldade histórica de organizar um sistema econômico capaz de transformar poupança, crédito, conhecimento e capacidade empresarial em investimentos produtivos sustentados. A formação de capital exige expectativas de demanda, infraestrutura adequada, estabilidade institucional, disponibilidade de financiamento e perspectivas de retorno. Exige, sobretudo, uma orientação econômica que reconheça o aumento da produtividade como condição fundamental para a elevação duradoura dos rendimentos.

Uma sociedade não se torna desenvolvida apenas porque seus habitantes aprendem a investir em títulos financeiros. Torna-se desenvolvida quando amplia sua capacidade de produzir, inovar e distribuir os resultados dessa produção. A educação financeira pode melhorar decisões individuais. Não substitui uma política de desenvolvimento.

9. O Estado, a dívida pública e a distribuição da riqueza

A discussão sobre rentismo conduz inevitavelmente ao papel do Estado. A dívida pública constitui um instrumento normal de financiamento e administração fiscal nas economias contemporâneas. Permite distribuir temporalmente despesas, administrar necessidades de caixa e organizar a política econômica. Sua existência não representa, por si só, uma distorção. A estrutura de remuneração, os prazos, a composição dos credores e as condições de financiamento possuem, entretanto, consequências distributivas.

A magnitude brasileira é eloquente. Em 2025, o setor público consolidado registrou R\$ 1,008 trilhão em juros nominais, o equivalente a 7,91% do PIB, enquanto seu déficit primário foi de 0,43% do PIB. Quase todo o déficit nominal, de 8,34% do PIB, decorreu, portanto, da conta de juros.¹²

Os juros sobre a dívida pública representam transferências de recursos aos seus detentores, que podem ser famílias, fundos de investimento, instituições financeiras, fundos de previdência e outros agentes econômicos. O efeito distributivo líquido depende de quem recebe os rendimentos, de quem suporta os tributos, da composição das despesas públicas e dos efeitos macroeconômicos da própria política fiscal e monetária. Seria inadequado, portanto, afirmar que toda despesa com juros constitui simplesmente uma transferência dos pobres para os ricos. Seria igualmente inadequado ignorar que a concentração da propriedade dos ativos financeiros influencia a distribuição dos rendimentos patrimoniais.

Em uma sociedade na qual o patrimônio financeiro se encontra fortemente concentrado, a remuneração desses ativos tende a beneficiar, em valores absolutos, os grupos que detêm maior riqueza. A questão exige uma análise conjunta da estrutura tributária e da distribuição patrimonial. Não pode ser resolvida apenas pela comparação entre despesas com juros e gastos sociais, porque essas rubricas possuem naturezas econômicas e contábeis distintas. O que importa investigar é como o conjunto das políticas fiscais, monetárias e financeiras influencia a acumulação de patrimônio, o investimento e a desigualdade.

O Estado não é um agente exterior ao capitalismo financeiro. Suas decisões contribuem para definir as condições de remuneração do capital, os incentivos à produção e os mecanismos de proteção social. Daí a importância de uma política econômica que combine responsabilidade fiscal, estabilidade monetária e compromisso com a transformação produtiva.

Não considero que o desenvolvimento brasileiro possa ser construído mediante a oposição abstrata entre Estado e mercado. A experiência histórica demonstra que economias desenvolvidas

combinaram, em diferentes proporções, iniciativa privada, instituições financeiras, investimentos públicos, inovação tecnológica e políticas de coordenação econômica. A questão central não é escolher entre o Estado e o mercado. É definir quais instituições permitem que a acumulação privada contribua para ampliar as capacidades econômicas e sociais do país.

10. O paradoxo brasileiro: uma sociedade de trabalhadores que admira os rentistas

Retorno, finalmente, à contradição que orienta este ensaio. A maior parte da população brasileira depende de rendimentos associados ao trabalho, diretamente ou por meio das relações familiares. O imaginário contemporâneo de sucesso, entretanto, frequentemente apresenta a independência em relação ao trabalho como a expressão superior de realização econômica.

O trabalhador deseja tornar-se investidor. O profissional liberal deseja constituir patrimônio suficiente para abandonar sua atividade. O pequeno empresário procura transformar os resultados de seu empreendimento em ativos capazes de assegurar rendimentos futuros. Essas aspirações são compreensíveis. O problema aparece quando a sociedade passa a valorizar mais a capacidade de apropriar-se de rendimentos do que a contribuição efetiva para a produção de riqueza.

A atividade produtiva envolve riscos, conflitos, responsabilidades e compromissos de longo prazo. O rendimento patrimonial, sobretudo quando apresentado pela publicidade financeira, aparece como uma experiência de liberdade. A promessa é viver sem depender de empregadores, clientes, mercados de trabalho ou instituições públicas. Essa liberdade individual continua, entretanto, dependendo da existência de uma sociedade produtiva.

Os rendimentos financeiros não pairam acima das relações econômicas. Sua sustentação depende, direta ou indiretamente, de atividades produtivas, receitas públicas, lucros empresariais, rendas patrimoniais e expectativas de geração futura de recursos. A aparente autonomia do dinheiro constitui, portanto, uma das mais poderosas ilusões do capitalismo contemporâneo.

Essa ilusão tem uma versão popular, e ela ocupou os intervalos comerciais do país. As apostas de quota fixa e os jogos online, regulamentados pela Lei nº 14.790, de 2023, passaram a oferecer a quem não tem patrimônio aquilo que o rentismo oferece a quem o tem: a promessa de que o dinheiro pode multiplicar-se sem passar pelo trabalho. Em agosto de 2024, segundo o Banco Central, cerca de R\$ 20 bilhões foram transferidos a empresas de apostas apenas por Pix; no mesmo mês, aproximadamente 5 milhões de beneficiários do Bolsa Família enviaram perto de R\$ 3 bilhões.¹³ A dimensão do fenômeno levou o Ministério da Fazenda a exigir que a publicidade das bets trouxesse advertências ao modo dos maços de cigarro: “Apostar pode causar dependência”, “Apostar faz você perder dinheiro”, “Aposta não é investimento”.¹⁴ A última diz mais do que pretende. O Estado precisou afirmar, em horário nobre, que a aposta não é investimento porque, para milhões de pessoas, ela ocupa exatamente esse lugar: a única aplicação ao alcance, o atalho para a riqueza que a renda do trabalho não permite. Da fórmula D-D' ao bilhete premiado, a promessa é a mesma, a do dinheiro que se multiplica sozinho.

A classe média encontra nessa promessa uma resposta para sua insegurança. Se o trabalho não assegura estabilidade suficiente, a propriedade parece oferecer uma alternativa. Se os serviços públicos não proporcionam proteção adequada, a acumulação privada surge como instrumento de defesa. Se o futuro parece incerto, o patrimônio promete uma forma de controle sobre o tempo.

A dificuldade é que essa solução individual não pode substituir um projeto coletivo de desenvolvimento. Uma sociedade não supera seu atraso econômico multiplicando indivíduos que

desejam viver de rendimentos patrimoniais. Precisa ampliar a produtividade, desenvolver tecnologias, melhorar a infraestrutura, qualificar o trabalho e construir instituições capazes de oferecer segurança econômica à população.

O rentismo torna-se socialmente problemático quando a remuneração da riqueza acumulada passa a ocupar posição superior à formação de novas capacidades produtivas. E torna-se culturalmente hegemônico quando essa preferência é incorporada por grupos sociais cuja própria existência continua dependendo do trabalho.

O fator Faria Lima representa, nessa perspectiva, mais do que uma influência econômica. Representa uma maneira de interpretar a sociedade, pela qual a riqueza se converte em mérito, o patrimônio em prestígio e a remuneração financeira em ideal de liberdade.

A consequência é que a classe média pode acabar defendendo uma concepção de prosperidade que não corresponde às condições materiais de sua própria reprodução. Deseja participar dos benefícios da propriedade, mas permanece submetida às incertezas do trabalho. Admira a autonomia do rentista, mas não possui patrimônio suficiente para conquistá-la. Identifica-se com os interesses dos grandes detentores de capital, mas continua exposta aos riscos econômicos que esses detentores frequentemente conseguem administrar com maior facilidade.

Essa contradição não determina automaticamente suas escolhas políticas. Ajuda, contudo, a compreender por que determinados discursos econômicos e morais encontram receptividade entre grupos que não participam das posições superiores de acumulação.

11. A ilusão da riqueza e o empobrecimento do futuro

Não considero que o principal problema brasileiro seja a existência de pessoas ricas ou a legítima aspiração individual ao enriquecimento. O problema reside na possibilidade de uma sociedade transformar a acumulação patrimonial em seu ideal superior, relegando a segundo plano a produção de riqueza, a qualidade do trabalho e a construção de condições coletivas de prosperidade.

O desenvolvimento exige mais do que patrimônio valorizado. Exige capacidade produtiva, conhecimento, infraestrutura, inovação e instituições que permitam transformar crescimento econômico em melhoria duradoura das condições de vida. Uma economia pode possuir mercados financeiros sofisticados e, simultaneamente, apresentar dificuldades persistentes de investimento e produtividade. Pode produzir grandes fortunas sem assegurar mobilidade social significativa. Pode multiplicar instrumentos de acumulação privada sem oferecer à maioria da população condições materiais suficientes para construir segurança econômica.

O desafio brasileiro consiste em superar essa dissociação. Não se trata de substituir o mercado financeiro por uma idealização abstrata da produção. Trata-se de reconhecer que a intermediação financeira encontra sua justificativa econômica mais consistente quando contribui para mobilizar recursos, administrar riscos e financiar atividades capazes de ampliar a riqueza social. A valorização patrimonial não pode constituir o único horizonte de uma economia que ainda precisa realizar transformações estruturais profundas.

A classe média, entretanto, permanece fascinada pela promessa de uma riqueza que a libertaria das inseguranças cotidianas. Essa fascinação pode levá-la a identificar seus interesses com os de grupos econômicos cuja posição patrimonial é radicalmente diferente da sua. O fator Faria Lima contribui para essa identificação ao transformar uma racionalidade de acumulação em linguagem universal de sucesso.

A consequência política dessa transformação merece atenção. Quando a ascensão econômica deixa de parecer possível, a promessa de reconhecimento pode deslocar-se para outros campos. A superioridade patrimonial desejada pode encontrar substitutos na superioridade moral proclamada. A frustração econômica pode ser reorganizada como ressentimento social. A insegurança diante do futuro pode alimentar a procura por autoridades que prometam restaurar hierarquias, identidades e certezas.

É nesse ponto que a crítica econômica ao rentismo encontra a discussão sobre o conservadorismo contemporâneo. A sociedade que não consegue oferecer segurança material pode tornar-se particularmente receptiva àqueles que oferecem segurança simbólica.

A classe média deseja a liberdade econômica do rentista; quando não consegue alcançá-la, pode buscar na autoridade moral a distinção social que a riqueza lhe recusou.

Essa será a questão central da terceira e última parte deste ensaio, na qual darei a essa disposição o nome de conservadorismo compensatório.

Fim da Parte II

Na próxima publicação:

Parte III - O medo, a moral e a política: a classe média diante da extrema-direita

Examinarei como a insegurança econômica pode transformar-se em ressentimento político e como determinados movimentos de extrema-direita mobilizam expectativas de restauração moral, autoridade e distinção social. Proporei as noções de certificação moral e de conservadorismo compensatório e considerarei o Brasil e experiências internacionais, buscando compreender a relação entre a fragilidade material das camadas médias, o conservadorismo e a adesão a projetos políticos autoritários.

Ricardo Giuliani

Mestre e Doutor em Direito. Escritor e Artista Plástico.

Série: A classe média brasileira

Publicação: ricardogiuliani.com.br

Notas e referências

1. SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Obra originalmente publicada em 1776.
2. RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Obra originalmente publicada em 1817.
3. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III. Especialmente a Parte V, dedicada à divisão do lucro em juro e ganho empresarial e ao capital portador de juros. Obra publicada postumamente em 1894.
4. KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Obra originalmente publicada em 1936. Especialmente os capítulos 11 a 13, sobre a eficiência marginal do capital, as expectativas e a teoria da taxa de juros, e o capítulo 24, em que trata da “eutanasia do rentista”.
5. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PIB cresce 2,3% em 2025 e fecha o ano em R\$ 12,7 trilhões*. Agência de Notícias IBGE, 3 mar. 2026. Disponível em: agenciadenoticias.ibge.gov.br.
6. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Comunicado do Comitê de Política Monetária de 16 de setembro de 2026 e respectiva ata. Disponível em: [bcb.gov.br](https://www.bcb.gov.br).

7. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)*: setembro de 2026. Divulgação de 9 out. 2026. A taxa real é cálculo do autor: (1,1375 / 1,0458) - 1.
8. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Referência para a análise da hegemonia, da sociedade civil e da formação do consenso.
9. BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Obra originalmente publicada em 1979.
10. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
11. TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
12. BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Estatísticas fiscais: resultados do setor público consolidado em 2025*. Divulgação de 30 jan. 2026. Disponível em: bcb.gov.br.
13. BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Análise técnica sobre o mercado de apostas online no Brasil e o perfil dos apostadores*. Brasília, set. 2024. Dados de transferências via Pix em agosto de 2024.
14. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria de Prêmios e Apostas. Portaria SPA/MF nº 1.964, de 3 de julho de 2026, que tornou obrigatórias advertências na publicidade de apostas.

Nota metodológica: as categorias *classe média*, *fator Faria Lima* e *conservadorismo compensatório* são empregadas neste ensaio como construções interpretativas. Não correspondem a classificações estatísticas oficiais nem a categorias empíricas previamente validadas. As relações propostas entre insegurança econômica, identificação patrimonial e comportamento político constituem hipóteses analíticas, não relações causais universalmente demonstradas. A pesquisa de dados e referências contou com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial; todas as informações foram por mim verificadas e validadas.